

Riscos socioambientais urbanos: um olhar a partir das Representações Sociais

Leticia Stevanato Rodrigues

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental*

Instituto de Energia e Ambiente

Universidade de São Paulo – Brasil

leticia.stevanato.rodrigues@usp.br

ABSTRACT

In third world cities, environmental risks overlap with the deprivation of basic human rights in the territories inhabited by the poorest populations. The city of São Paulo is marked by social and environmental contradictions between the center and the periphery, forming risk situations under contexts of social vulnerability. Risks are complex phenomena formed by material and immaterial elements that relate to each other, their definition is related to the sociocultural context. Technicians, scientists, and the affected population have their own representations of risk, but local knowledge is disregarded in risk assessment and coping studies. This article analyzes the social and environmental risks in Brazilian cities related to low - income housing occupations in light of the Theory of Social Representations. In order to meet the objective, the concept of risk was revised according to the perspectives of environmental sociology and social psychology, and the analysis of three cases of risk situations under vulnerability contexts. The results indicate that, in situations of vulnerability, risk representations can be extended due to deprivations of basic rights. An analysis of risks in the local context is fundamental to understanding how people at risk define them in their daily lives. Considering the different representations of risk enables virtuous paths for dialogue between technicians, scientists and the lay public and for risk-taking actions that take into account the local particularities of the affected populations.

Keywords: Risk; Social Representations; Vulnerability; Urban areas.

1. INTRODUÇÃO

A busca infundável da liberdade de reprodução do capital globalizado provocou mudanças constantes na forma de operar a relação sociedade e natureza, acumulando riscos e incertezas (BAUMAN, 2001). Nas cidades do capitalismo periférico, esses riscos são evidentes, pois a população de baixa renda é a que mais sofre com os problemas ambientais, visto que, em função de privações socioeconômicas, suas habitações normalmente se encontram em áreas contaminadas, sem acesso à infraestrutura básica, à beira de rios e córregos e em áreas com alta declividade (HARDOY; SATTERTHWAITTE, 1987).

A cidade de São Paulo evidencia as contradições sociais e ambientais em seu território por meio de espaços desigualmente produzidos em termos de infraestrutura urbana. A qualidade de vida se concentra nas regiões cujos habitantes possuem maior poder aquisitivo, influenciando na qualidade de vida e, especialmente, no preço do solo, este último inacessível à população de baixa renda que não

dispõe dos recursos econômicos necessários para sua aquisição, passando a sacrificar atributos básicos de uma condição de vida digna e saudável ao conviver com situações de risco ambiental (GROSTEIN, 2001).

Considerando que os riscos são fenômenos complexos e representados segundo o contexto sociocultural dos grupos envolvidos (poder público, órgãos ambientais, empresas, população afetada e comunidade em geral) (BECK, 2001; DI GIULIO, 2012; PORTO, 2012), buscou-se analisar três casos de situações de risco em áreas urbanas segundo as abordagens da sociologia ambiental e da psicologia social, com destaque para a contribuição da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2015) para o entendimento da complexidade dos riscos em contextos de vulnerabilidade.

Para isso, o presente texto está estruturado em três partes. A primeira compreende a revisão de literatura sobre a produção de situações de risco nos centros urbanos em contextos de desigualdade social, cujos problemas ambientais se sobrepõem às condições precárias de vida da população de baixa renda, e sobre as contribuições da Teoria das Representações Sociais para o estudo dos riscos socioambientais. A segunda parte compreende a metodologia e, a terceira, a análise dos resultados. Ao final, apresenta-se a conclusão do texto.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O legado socioambiental sob a lógica de produção capitalista do espaço

Nas cidades, a fragmentação socioespacial, em função de interesses econômicos de apropriação seletiva da terra que orienta o uso do solo urbano e a provisão de moradia, são evidentes (KZURE-CERQUERA, 2014). Nesses espaços, a moradia possui duas funções. Constitui um direito social, reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como um elemento essencial para que os indivíduos desenvolvam suas capacidades de sobrevivência nas cidades (CARDOSO, 2001). E também, é uma mercadoria regida sob a lógica do capitalismo (VILLAÇA, 1986; HARVEY, 2013).

Do ponto de vista histórico, a produção capitalista do espaço urbano ocorreu sob processos simultâneos de manutenção de excedentes e de escassez (VILLAÇA, 1986). Durante o processo de urbanização brasileiro, o excedente de mão de obra oriundo da migração populacional do campo para as cidades permitiu o rebaixamento dos salários dos trabalhadores e, conseqüentemente, do padrão de vida da população de baixa renda (VILLAÇA, 1986) que se viu privada do acesso à terra e passou a ocupar áreas impróprias para moradia (KZURE-CERQUERA, 2014), tais como beiras de córregos, encostas e áreas contaminadas.

Nas últimas três décadas do século XX, as cidades brasileiras da Região Sudeste apresentaram crescimento populacional expressivo (excedente) e inversamente proporcional à provisão de moradias (escassez). Esse mecanismo de excedente e escassez constituiu um legado socioambiental nessas cidades, pois a consolidação de investimentos econômicos acompanha a degradação do meio ambiente urbano e das condições de vida da população de baixa renda (KZURE-CERQUERA, 2014).

As cidades brasileiras, especialmente o caso do município de São Paulo e sua região metropolitana, caracteriza-se pela sobreposição de inequidades sociais e situações de riscos ambientais nas regiões mais pobres (GROSTEIN, 2001), conformando contextos de vulnerabilidade que estruturam um círculo vicioso de geração de risco, exposição e efeitos à saúde para essas populações (PORTO, 2012). Por

vulnerabilidade se entende a:

[...] expressão simultânea da liberdade humana e do seu abuso. Ela deriva, além da expressão de finitude do ser humano diante das forças da natureza e dos ciclos vida-morte, das opções de desenvolvimento econômico e tecnológico, do poder exercido pelos seres humanos sobre outros ou sobre o funcionamento da natureza (PORTO, 2011, p. 54).

O conceito de vulnerabilidade é fundamental para analisar as dinâmicas sociais e ambientais do processo de urbanização que sobrepõe as populações mais pobres aos danos ambientais no espaço urbano (ALVES et al., 2010; SPINK, 2014). Em situações de risco e de vulnerabilidade, há quem se beneficia e aqueles que são expostos e ameaçados pelo processo de produção de riscos. As populações que são expostas a tais ameaças convivem e sofrem com os danos socioambientais (BECK, 2001), constituindo casos de injustiça socioambiental e de violação de direitos, visto que o meio ambiente saudável é fundamental para a sobrevivência da humanidade e de outros seres vivos (ALIER, 2014).

Além das dimensões econômicas e ambientais, o espaço urbano compreende dimensões culturais, os modos de vida urbana que circunscrevem as representações sociais de seus cidadãos, os significados e significantes da urbe (KZURE-CERQUERA, 2014). As representações sociais constituem o conhecimento comum (MOSCOVICI, 2015) que pertencem aos pensadores leigos (JOFFE, 1999), ou seja, o conhecimento relacionado à vida cotidiana das pessoas que, muitas vezes, diferencia-se da forma de pensar dos cientistas e dos especialistas (MOSCOVICI, 2015). Os próximos tópicos abordam o estudo da Teoria das Representações Sociais no campo da psicologia social e a sua contribuição para a análise de situações de risco socioambiental.

2.2 A Teoria das Representações Sociais

Criada por Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais (TRS) se origina como crítica ao descaso pelo conhecimento comum nos estudos científicos que o desqualifica como (re)produtor de inverdades e irracionalidades. Para a ciência clássica os cientistas são os únicos capazes de pensar racionalmente, de produzir conhecimento a partir do método empírico segmentado em disciplinas, constituindo o que Thomas S. Kuhn (1962) denominou como ciência normal (MOSCOVICI, 2015).

O paradigma da ciência normal sobrepõe a autonomia do pesquisador sobre a autonomia do sujeito pesquisado (morador, trabalhador, estudante, etc.) e para inverter essa lógica é preciso analisar os problemas de pesquisa a partir das dinâmicas locais, vivenciadas pelas pessoas (PORTO; ZANCAN; PIVETTA, 2014), relacionando os diferentes tipos de saberes, pois a realidade é híbrida, constituída de elementos materiais (naturais e antrópicos) e imateriais (sentidos, representações, valores, etc.) (RAYNAUT, 2011). Por exemplo, a cidade é uma realidade híbrida, produto da ação humana, de fatores físico-químicos e biológicos (hidrografia, atmosfera, e etc.) e de sentidos e representações dos indivíduos (RAYNAUT, 2011).

Para a TRS, as pessoas compreendem o mundo a partir de valores, crenças, experiências, história e cultura (JOFFE, 2003; MOSCOVICI, 2015). Portanto, o conhecimento comum é racional e atinge os objetivos da vida cotidiana (JOFFE, 2003; MOSCOVICI, 2015). A história desempenha um papel importante para a compreensão das representações sociais, pois "somente dentro da realidade histórica e cultural as relações de razão e não razão podem ser plenamente avaliadas e compreendidas" (MOSCOVICI, 2015, p. 334).

Como processos dinâmicos, a (re)produção das representações sociais ocorre por meio da comunicação entre os indivíduos (JOFFE, 2003; MOSCOVICI, 2015). Para que a comunicação se desenvolva é preciso que o grupo compartilhe representações e as expresse por meio da linguagem. Nesse processo, linguagem, conhecimento e comunicação são interdependentes (MOSCOVICI, 2015).

Além disso, as representações podem orientar o posicionamento e a prática dos sujeitos (REIGOTA, 2010). Como “paradigmas leigos”, as representações compreendem uma ideia-modelo, ideia, por se situar em um paradigma, e modelo, por orientar a prática (MOSCOVICI, 2015). As crenças são fatores culturais importantes para as representações, elas constituem ideias que os indivíduos portam e compartilham que são dadas como verdades e aceitas pelos membros de determinado grupo social e que orientam o comportamento e a atitude das pessoas (MOSCOVICI, 2015). Assim, para compreender as formas de enfrentamento de situações de risco ambiental é preciso analisar as representações sociais dos gestores e tomadores de decisão, no nível institucional, e da comunidade afetada, no nível local e cotidiano.

2.2.1 O conhecimento comum sobre o risco: da percepção à representação social

Os primeiros estudos sobre como as pessoas leigas compreendem os riscos foram desenvolvidos no campo da psicologia cognitiva, sobretudo nos estudos sobre percepção de risco a partir de 1950 (JOFFE, 1999, 2003). Porém, esse campo tem reduzido o pensamento humano em termos de processamento de informação, desconsiderando os fatores socioculturais e emocionais e as relações sociais entre os indivíduos (JOFFE, 1999; MOSCOVICI, 2015). O enfoque dado aos erros de interpretação da informação atribui defasagem ao pensamento leigo, desqualificando o conhecimento comum (MOSCOVICI, 2015). Outro fator destacado nesses estudos é a baixa percepção de exposição à riscos por leigos devido à noção exagerada de controle e familiaridade por determinados eventos perigosos, o que tem contribuído para postergar medidas de precaução (JOFFE, 1999).

A partir de 1960, os estudos sobre percepção de risco foram sendo direcionados para a TRS de Serge Moscovici, buscando entender a construção de sentidos atribuídos aos riscos, com base no contexto sociocultural e relacional entre as pessoas de um determinado grupo social (JOFFE, 2003). Esses estudos buscam expressar o conhecimento e a identidade das pessoas e superar a concepção cognitivista da percepção de risco que considera o conhecimento comum como deficiente, irracional e individualizado ao desconsiderar que a construção do risco é permeada por diferentes representações sociais, relações pessoais e cotidiana, experiências, crenças e valores (JOFFE, 2003).

Na expectativa de superar o cognitivismo, os estudos sobre percepção de risco passaram a considerar os aspectos emocionais das pessoas, mas não houve uma dissolução completa do ideário racional cognitivista de processamento das informações e, de um modo geral, considera-se a percepção pública do risco como estática, constituída pela soma de percepções individuais. Porém, alguns pesquisadores, como Paul Slovic, têm remodelado o papel das questões sociais no estudo sobre percepção de risco (JOFFE, 2003).

Trabalhadores, moradores e cidadãos possuem valores, interesses e conhecimentos relativos ao cotidiano (PORTO, 2012) que devem ser levados em consideração no processo de definição, avaliação e enfrentamento de risco (PERES, 2002; DI GIULIO, 2012). Segundo Joffe (2003) há duas formas para o enfrentamento de riscos: a material e a simbólica (imaterial). Enfrentar o risco, sob a concepção material, compreende procedimentos que reduzem ou controlam os riscos no ambiente, por meio de

legislação, remediação e controle da exposição ao risco. O enfrentamento do risco, a partir da imaterialidade, constitui a apreensão do desconhecido (o perigo) para que se torne compreensível e comunicável para e entre as pessoas. As representações sociais lidam com o nível simbólico de enfrentamento do risco (JOFFE, 2003).

As representações sociais sobre os riscos são fundamentais para o sucesso das intervenções visando seu enfrentamento, pois quando as visões do público não são levadas em conta, as ações para controle da exposição ao risco podem fracassar (SLOVIC, 1987), podendo gerar desconfiança do público leigo com as autoridades e gerenciadores de risco e a rejeição e insatisfação da comunidade com as ações desenvolvidas por técnicos e especialistas (SLOVIC, 2010). Portanto, a participação pública e o diálogo entre os atores envolvidos no processo de decisão e enfrentamento dos riscos são fundamentais (DI GIULIO, 2012).

3. METODOLOGIA

O presente estudo compreendeu duas etapas. Primeiro, realizou-se uma revisão do conceito de risco segundo os campos epistemológicos da sociologia ambiental (BECK, 2001; HANNIGAN, 2006, 2009) e da psicologia social (JOFFE, 1999, 2003; MOSCOVICI, 2015; SLOVIC, 1987, 2010; SPINK, 2014) com o intuito de compreender o risco enquanto fenômeno complexo, constituído simultaneamente de elementos físico-químicos, biológicos e sócio-culturais (PORTO, 2012). E, por fim, realizou-se análise de três casos sob contextos de vulnerabilidade socioambiental em áreas urbanas à luz da TRS. Dois estudos sobre percepção e representação de risco (AMARAL, 2012; SPINK, 2014) e o caso do Edifício Wilton Paes de Almeida em São Paulo, noticiado por matérias jornalísticas da Folha de São Paulo, do G1 e do Catraca Livre.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Riscos socioambientais: um fenômeno híbrido?

Em termos conceituais, o risco se diferencia do perigo, mas esses dois conceitos estão relacionados simbolicamente, pois o perigo pode se tornar um risco na medida em que este é apreendido e enfrentado pelas pessoas (BECK, 2001; JOFFE, 2003). Portanto, o risco se trata de uma construção social.

Ele pode ser analisado segundo duas abordagens sociológicas, a realista e a construcionista (BECK, 2001; HANNIGAN, 2009). A abordagem realista define o risco a partir da concepção científica e técnica e o compreende como probabilidade de um dano ocorrer. A abordagem construcionista o compreende enquanto construção social (BECK, 2001; HANNIGAN, 2009) e procura analisar o contexto social em que certas condições ambientais são definidas como arriscadas, ou não, pelas pessoas (HANNIGAN, 2009).

O risco é multifacetado, híbrido, constituído de aspectos materiais e imateriais, de construções sociais e realidade probabilística, sua discussão transcende à questão técnico-científica pois envolve também questões socioculturais. Por se tratar de um fenômeno complexo, a análise dos riscos demanda uma abordagem interdisciplinar (BECK, 2001; PORTO, 2012).

A apreensão do risco é complexa e está relacionada as relações entre os diversos atores envolvidos. A mídia desempenha papel fundamental no conhecimento e apreensão dos riscos (JOFFE, 1999, 2003;

BECK, 2001), pois ela apresenta uma fotografia do conhecimento técnico-científico sobre ele de forma simplificada, com enfoques de informações e pontos de vista que angariem atenção do público (JOFFE, 2003). Segundo Hannigan (2006), ao enfatizar pontos de vistas, a mídia descontextualiza os problemas ambientais e reduz sua complexidade.

A cobertura midiática tende a enfatizar a magnitude do perigo, criando uma espécie de alarmismo e dramatização sobre os riscos, e às controvérsias e incertezas do conhecimento científico e técnico, amplificando a desconfiança do público na comunidade científica e nos gerenciadores de risco (JOFFE, 1999; SLOVIC, 2010). Apesar da amplificação da preocupação sobre os riscos, a mídia constitui um meio de divulgação de informações sobre riscos de alcance global e pode ser a primeira fonte de informação para o público leigo (SLOVIC, 1987; JOFFE, 1999, 2003).

Cientistas e especialistas são atores importantes para a apreensão do perigo por serem os responsáveis em identificar e avaliar os riscos (JOFFE, 1999; BECK, 2001). O processo de avaliação de risco compreende a identificação, caracterização e o cálculo destes para que possam ser adotadas medidas de controle. Porém, os riscos são complexos, incertos e possuem impactos muitas vezes desconhecidos pela ciência, o que dificulta sua avaliação, aumenta as incertezas e a desconfiança do público (SLOVIC, 1987).

Enquanto os especialistas e cientistas compreendem o risco como probabilidade de ocorrência de um perigo (BECK, 2001; SLOVIC, 1987), a população o compreende a partir de julgamentos intuitivos (SLOVIC, 1987), interpessoais, emotivos (JOFFE, 2003) e do próprio conhecimento científico e de especialistas (COVELLO; SANDMAN, 2001). De um modo geral, as representações de risco podem ser influenciadas por fatores como a noção de controle, conhecimento e medo sobre determinadas ameaças; avaliação dos benefícios que um determinado risco pode providenciar para a sociedade; orientações políticas (SLOVIC, 1987, 2010; JOFFE, 2003); o potencial de mortalidade e danos às futuras gerações; o grupo social cujos indivíduos estão inseridos; gênero; nível de ensino (SLOVIC, 1987, 2010); confiança nas autoridades, entre outros fatores (JOFFE, 2003).

Essas diferentes formas de compreender os riscos tem gerado conflitos ao longo da definição, avaliação e gerenciamento de risco (SLOVIC, 1987, 2010; JOFFE, 2003) principalmente porque o conhecimento comum sobre os riscos são excluídos desses processos e são vistos como irracionais pelos gestores e tomadores de decisão (JOFFE, 2003).

4.2 Representações sociais do risco nos três casos analisados

Em situações de risco, as pessoas podem provocar contradições na constituição de sentidos em relação à saúde, moradia e ao meio ambiente e priorizar certas ameaças em relação a outras (AMARAL, 2012). Os riscos podem ser externalizados para “o outro”, por meio de sua negação, constituindo uma noção de imunidade individual e coletiva, como mecanismo de proteção da identidade local e da sensação de controle sobre a ameaça (JOFFE, 1999).

Amaral (2012) identificou em seu estudo sobre uma área contaminada denominada Parque Santa Cruz, em Goiânia, que os moradores do referido bairro definiram a violência, devido ao comércio de entorpecentes, como o maior fator de risco no local. A violência foi priorizada pelos moradores em função da discriminação de habitantes de bairros vizinhos e pela mídia que representam o bairro como perigoso, abrigo de bandidos. Os habitantes do Parque Santa Cruz evocam suas identidades locais pela

oposição ao bandido com a representação de um bairro tranquilo e de pessoas honestas. Para Amaral, as representações construídas pelos moradores visam afastar as ameaças "que conteste uma identidade reivindicada e/ou pertencimento a um determinado espaço urbano" (AMARAL, 2012, p. 238).

A partir de depoimentos de entrevistas realizadas por Spink (2014) em seu estudo de caso sobre o Jardim Ângela, em São Paulo, a autora identificou um processo semelhante de hierarquização de riscos pelos moradores da região. Após a ocupação da área, o medo devido à violência foi apontado como principal preocupação dos moradores. Após a implantação do Programa Mananciais em 2005, a incerteza quanto às remoções passou a ser o temor da vez. Apesar da confirmação da existência de riscos de escorregamento de solo no Jardim Ângela, por meio de estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, estes não foram representados como riscos incidentes no local pelos moradores.

O que podemos identificar em comum nos dois casos expostos são mecanismos de priorização de certos riscos em função da privação de direitos sociais, como o direito à moradia digna que, segundo o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, assinado pelo Brasil em 1966 (SPINK, 2018), vai além da disponibilidade de uma casa para morar. Inclui a segurança da posse; a disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos; a garantia de segurança física e de saúde aos moradores; boa localização que permita acesso aos recursos urbanos e ausência de condições perigosas à saúde humana, entre outros elementos (UNITED NATIONS, 1991).

Outro caso analisado no presente texto compreende o incêndio seguido de desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida no dia primeiro de maio de 2018, no centro da cidade de São Paulo. É um caso notável de exemplificação da amarração entre a representação de riscos e situações de privações socioeconômicas, portanto de vulnerabilidades socioambientais.

O edifício era ocupado por 400 pessoas de 150 famílias. A Prefeitura do Município de São Paulo informou que 92 famílias haviam sido cadastradas como moradoras, constituindo 248 pessoas (MURARO, 2018). Após a ocorrência do acidente, foram coletados depoimentos de alguns moradores pelo jornal *Catraca Livre* (NICOLAU, 2018):

Cheguei aqui por conta do desemprego, sem condições de pagar aluguel, quando soubemos da ocupação por dois amigos. Era um bom lugar, lugar de família, melhor do que a rua. Era a nossa casa, o que nós tínhamos, nosso único bem material (NICOLAU, 2018, p. 3)

Cheguei em São Paulo pela primeira vez ainda na adolescência e fui morar na favela do Gato. Já passei por duas tragédias parecidas lá, a primeira numa enchente onde perdemos tudo e conseguimos aos poucos recuperar. Dois anos depois, a favela pegou fogo, com um acidente de uma geladeira que pegou fogo no motor. Nessa última, eu já era veterano (NICOLAU, 2018, p. 3)

Eles [governo] oferecem auxílio-aluguel, abrigo, mas nós precisamos mesmo é de um direcionamento, precisamos de uma casa. Há anos lutamos por direito à moradia (NICOLAU, 2018, p. 5)

Observa-se que o risco de incêndio, devido às condições inadequadas de instalações elétricas, obstrução de rotas de fuga e falta de extintores, identificado por laudo técnico do corpo de Bombeiros e da Prefeitura de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), não estão presentes nos depoimentos dos moradores.

A recorrência da exposição a riscos em assentamentos humanos de baixa renda evidencia como a lógica de exclusão dos mais desfavorecidos ao acesso à moradia, ao solo e ao saneamento está imbricada

à exposição de situações de risco, como incêndios, enchentes, deslizamentos. O que é considerado seguro para essa população que vive sob constantes privações de direitos (como a moradia e o meio ambiente ecologicamente equilibrado) pode não o ser para aqueles que não estão sob condições de vulnerabilidade, levando às pessoas a priorizarem os riscos a que estão expostas.

Para especialistas e técnicos, que representam o risco em termos de probabilidade de ocorrência de danos, as instalações elétricas inadequadas imputavam risco de incêndio à população moradora. Para os moradores do edifício, a representação do que é risco é mais complexa, sobretudo em função das privações de direitos sociais básicos, como a necessidade de moradia. Ter um lugar para viver representa segurança a estes moradores, o risco de viver na rua é maior em relação à ocupação do edifício, “era um bom lugar, lugar de família, melhor do que a rua” (NICOLAU, 2018, p. 3).

A defesa da identidade local por meio da representação como um “lugar de família” busca se opor às discriminações feitas pela mídia como uma ocupação ligada à movimentos de moradia criminosos, semelhante ao identificado por Amaral (2012), “apenas criminalizavam nosso movimento, dizendo que cobrávamos taxas absurdas quando na verdade é o contrário.” (NICOLAU, 2018, p. 5).

Analisar as representações sociais do risco, em contextos vulneráveis, é fundamental para compreender como as populações vulnerabilizadas definem o que é seguro e arriscado e como a privação de direitos aliada à exposição de riscos conformam, segundo Porto (2012), ciclos de reprodução de riscos.

Vale ressaltar que as situações de risco em realidades com fortes desigualdades sociais e falta de direitos, como a latino-americana, exige uma ampliação dos referenciais conceituais e metodológicos que orientam a investigação e o enfrentamento dos riscos adotados nos países mais industrializados e ricos (PORTO, 2012). Mesmo os riscos mais fáceis de serem analisados e prevenidos podem não o ser em contextos vulneráveis, pois as origens, as formas de exposição e os efeitos dos riscos são agravados em função das desigualdades sociais, discriminações e assimetrias de poder (PORTO, 2012).

5. COMENTÁRIOS FINAIS

A análise dos riscos socioambientais, à luz da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, ao considerar o contexto sociocultural, as relações entre os indivíduos, as emoções e os interesses em jogo no processo de definição social do risco é fundamental para superar as limitações e o reducionismo das concepções objetivistas dos estudos sobre risco. Essa perspectiva contribui para fornecer um novo olhar aos riscos socioambientais e superar a noção estática e de déficit cognitivo do saber comum presente nos estudos sobre percepção de risco. Além disso, permite ampliar os referenciais teóricos e as bases contextuais para a construção de uma ciência sensível às dinâmicas locais e fornecer informações para subsidiar medidas de enfrentamento de risco no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2014.

ALVES, H. P. F. et al. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 1, p. 141-159, 2010.

- AMARAL, A. P. CONSTRUINDO UM LUGAR DE MORADIA EM MEIO AO LIXO, A RISCOS E ESTIGMAS: o bairro Parque Santa Cruz, em Goiânia-GO. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-POLÍTICA & TRABALHO**, v. 2, n. 37, 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Tradução de Jesús Alborés Rey. España, Madrid: SIGLO, 2001.
- CARDOSO, A. L. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. **Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal**, 2001.
- COVELLO, V.; SANDMAN, P. M. Risk communication: evolution and revolution. *Solutions to an Environment in Peril*, p. 164-178, 2001.
- DI GIULIO, G. **Risco, ambiente e saúde: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas**. São Paulo: Annablume, 2012.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.
- HANNIGAN, J. A. **Environmental sociology – a social construction perspective**. London: Routledge, 2006.
- HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**. Tradução de A. Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HARDOY, J. E.; SATTERTHWAIT, D. E. **Las ciudades del Tercer Mundo y el medio ambiente de pobreza**. Buenos Aires: GEL, 1987.
- HARVEY, D. O Direito à Cidade. **Piauí**, jul. 2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda a queda de prédio no centro de SP e qual é a situação atual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/entenda-o-que-ja-se-sabe-e-quais-as-duvidas-sobre-a-tragedia-em-predio-de-sp.shtml>>. Acesso em 11 jul. 2018.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- KZURE-CERQUERA, H. A saúde da cidade sob suspeita. In: SILVEIRA, Carmen Beatriz (Org.). **Cidades saudáveis? Alguns olhares sob o tema**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 31-64.
- JOFFE, H. **Risk and “the other”**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- JOFFE, H. Risk: from perception to social representation. **British journal of social psychology**, v. 42, n. 1, p. 55-73, 2003.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 112 p.
- MORGAN, M. G. et al. **Risk Communication: a mental models approach**. Cambridge University Press, 2002.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2015.

MURARO, C. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio histórico. **G1**, São Paulo, 01 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em 11 jul. 2018.

NICOLAU, A. 11 relatos de quem viveu o desabamento do edifício Wilton Paes. **Catraca Livre**, São Paulo, 04 mai. 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/11-relatos-de-quem-viveu-o-desabamento-do-edificio-wilton-paes>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PERES, F. Debates - Onde mora o perigo? Percepção de riscos, ambiente e saúde. In: MINAYO, M.C.S.; MIRANDA, A.C. (Orgs.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 135-148.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 93, p. 31-58, 2011.

PORTO, M. F. S. **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. 270 p.

PORTO; M. F. S.; ZANCAN, L.; PIVETTA, F. Cidades Saudáveis e Promoção da Saúde Emancipatória: reinvenção cotidiana do (re)conhecimento nos territórios vulneráveis. In: SILVEIRA, C. B. (Org.). **Cidades saudáveis? Alguns olhares sob o tema**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 31-64.

RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2011.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SLOVIC, P. The Psychology of Risk. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 731-747, 2010.

SLOVIC, P. Perception of Risk. **Science**, v. 236, p. 280-285, 1987.

SPINK, M. J. P. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3743-3754, 2014.

SPINK, M. J. P. Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: EDUC, Terceiro Nome, 2018. 232 p.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. **General Comment No. 4: The Right to Adequate Housing (Art. 11 (1) of the Covenant)**. United Nations, 1991. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/47a7079a1.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Global Editora, 1986.